

Vida, Luta e Morte do Sargento Revolucionário Manoel Raimundo Soares¹

Mário Maestri e Helen Ortiz²

Na cidade de Belém, norte brasileiro, em 15 de março de 1936, Etelvina Soares dos Santos pariu Manoel Raimundo, possivelmente em sua residência humilde. Como tantas outras mulheres paraenses fortes, criou o menino e seus dois irmãos, desejando-lhes um futuro melhor como trabalhadores dignos. Manoel Raimundo mostrou-se muito logo menino e jovem inteligente e de fibra. Após concluir o primário, cursou estudos técnicos, enquanto trabalhava em oficina mecânica.

Em 1953, com apenas 17 anos, Manoel Raimundo abandonou a pacata Belém para morar com conhecidos na capital federal, então grande palco dos fortes confrontos políticos e sociais que dilaceravam o Brasil. Por se envolver neles, mais e mais, com a galhardia dos velhos guerreiros cabanos, o menino de dona Etelvina conheceria a morte, na luta por seus ideais, aos trinta anos, distante de sua terra natal, nas águas geladas do rio-estúrio de Porto Alegre.

Rápida Progressão

Em 1955, meses após a comoção nacional causada pelo suicídio de Getúlio Vargas, Manoel Raimundo, com 19 anos, alistou-se no Exército, alcançando o posto de segundo sargento, após quatro promoções. Em setembro do mesmo ano, após namoro de apenas três meses, casou-se com a jovem Elisabeth Chalupp, mineira de origem humilde, criada por família estranha, trabalhando no RJ como operária industrial. Manoel Raimundo gostava de chamar a esposa de *Betinha e Beta*.³

Falta-nos ainda informação mais precisa sobre a precoce e destacada participação do jovem sargento paraense nos conflitos vividos pela sociedade e, junto com ela, pelas Forças Armadas, nesses anos em que o país foi fortemente tensionado por sucessivas iniciativas golpistas conservadoras, com destaque para a tentativa de

deposição de Goulart, em 1961. Ensaio golpista derrotado que transformou o jovem governador sulino Leonel Brizola no principal líder nacionalista e grande referência para o movimento dos suboficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica.⁴

Desde o governo de Juscelino Kubitschek [1956-1961], Manoel Raimundo começou a despontar como militante de vanguarda da luta pela organização sindical e política dos suboficiais do Exército. O ex-sargento Araken Vaz Galvão assinala que, por voltas de 1958, Manoel exercia o que ele definiu como “liderança suave, relacionada com os problemas” dos sargentos discutidos no Clube da classe, transformando-se, logo, em um dos “principais fundadores” do “Movimento dos Sargentos”, assim batizado por ele.⁵

Por sua cultura, inteligência e decisão, Manoel Raimundo era referência entre seus companheiros de farda. O ex-subtenente pára-quedista do Exército Jelsi Rodrigues descreve-o como homem muito culto e sobremaneira corajoso. Araken Galvão, seu companheiro e particular amigo, lembra que era um “grande orador” e “neurótico por cultura”. Antes mesmo do golpe, interessava-se pela literatura marxista, lendo e divulgando Marx, Engels, Lênin.⁶

O Golpe de Estado de 1964

No mínimo desde 1963, Manoel Raimundo preocupava-se com a necessidade de organizar resistência ao golpe militar, que se aproximava, tendo procurado preparar as condições para resistência, na Serra do Mar, nas proximidades do RJ, possivelmente inspirado na experiência cubana. O que lhe ensejou inquérito no Exército, por desvio de armas e cooptação de sargentos.⁷

Devido à manifestação de sargentos do Exército, em 11 de maio de 1963, no Sindicato dos Comerciantes, no centro do RJ, Manoel sofreu pena disciplinar e foi transferido, do RJ para Campo Grande, no MT, o mesmo ocorrendo com seus companheiros, promotores da

¹Versão resumida e atualizada do artigo “Por mais terras que eu percorra...Vida, luta e martírio do sargento Manoel Raimundo Soares” publicado pelos autores em Tribunal Federal da 4ª Região, Coordenadoria de Documentação (org.). *O Direito na História: o caso das mãos amarradas*. Porto Alegre: TRF da 4ª Região, 2008. p.177-200.

²Mário Maestri, 62, é professor do Curso e do PPG em História da Universidade de Passo Fundo [maestri@via-rs.net]; Helen Ortiz, 34, é doutoranda em História na PUCRS e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul em Porto Alegre [helen.scortiz@gmail.com].

³Cf. Entrevista de Elizabeth Chalupp, pela jornalista Tânia Faillace, Zero Hora, Porto Alegre, 2.09.1966.

⁴Cf. MARKUN, Paulo & HAMILTON, DUDA. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2001.

⁵Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 6 de maio de 2008; “Retrato de um sargento”, capítulo do livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

⁶COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007. pp. 26 e 67.

⁷Id.ib. pp. 68.

reunião, do Comando Geral dos Sargentos [CGS], enviados para o mesmo estado e para outras destinações.⁸

Em 1964, as burguesias industrial e financeira nacionais romperam com o projeto nacional-desenvolvimentista autônomo, para impor padrão de acumulação de capitais através de maior integração ao capital mundial; super-exploração do trabalho; orientação do consumo aos segmentos ricos nacionais e ao comércio mundial, etc. O golpe iniciou em MG, em 31 de março, chefiado por militar ex-integralista, com o apoio dos USA.

Em Porto Alegre, Brizola tentou reviver a *Legalidade*, apoiado pelo comandante do III Exército, pela Brigada, pelos sub-oficiais do Exército e da Aeronáutica, por populares. Em 2 de abril, já na capital sulina, João Goulart negou-se a chefiar a resistência, permitindo que o golpismo se instalasse praticamente sem oposição. Goulart viajou para sua estância em São Borja e, dali, para o Uruguai. O PCB, única organização de esquerda com força sindical e popular, subordinara a oposição ao golpismo à direção de Goulart e a *esquema militar* organizado em torno de altos membros das forças golpistas.⁹

A imposição da ditadura sem resistência ensejou a maior derrota histórica que o mundo do trabalho e da democracia jamais viveu no Brasil, com gravíssimas consequências para o país, para a América Latina e para o mundo, que se mantém até hoje. Após o golpe, a alta oficialidade militar interveio nas associações sindicais e profissionais, no legislativo, no executivo e no judiciário; expurgaram, prenderam e torturaram opositores, que abandonaram comumente o país, quando puderam, sobretudo pelo Uruguai, onde se encontravam Goulart e Brizola, com as relações políticas e pessoais cortadas.

A Sub-Oficialidade Nacionalista

A frustração ensejada pela derrota sem resistência e o crescente descontentamento popular levaram a que sub-oficiais nacionalistas de esquerda das forças armadas, sobretudo do Exército e da Marinha, presos e reformados em grande número, tenham sido setor social que se disponibilizou prontamente para a luta anti-ditatorial direta, organizando-se em torno de Brizola, que seguia no Uruguai disposto a lutar pelas forças das armas pelo fim da ditadura.

Manoel Raimundo teve a prisão decretada, em abril, e foi expulso do Exército, em junho de 1964. Para não ser preso e poder integrar-se à luta anti-ditatorial, apenas estourou o golpe, desertou seu quartel em Campo Grande, junto ao sargento Araken Galvão, também destacado no MT. Manoel e Araken viajaram para Juiz de Fora e, a seguir, para o RJ, de onde partiram, mais tarde, para o RS. Manoel Raimundo teria declarado à polícia

que viajou para Porto Alegre, em janeiro de 1965, à procura de emprego, retornando ao RJ, em março. Em fins de setembro, teria voltado ao Sul, sob promessa de trabalho, feita pelo sub-oficial Leony Lopes, que lhe teria igualmente apresentado Edu Rodrigues, civil pretensamente opositorista mas, nos fatos, informante da polícia, como veremos.¹⁰

Mais de vinte sargentos teriam viajado, como Manoel Raimundo, do RJ para Porto Alegre, para integrar-se à resistência. Fato mais do que compreensível, pois desde 1964, o RS tornara-se a principal via para alcançar ou manter contatos com o Uruguai, então centro anti-ditatorial.¹¹

A Primeira Resposta Armada à Ditadura

Foi precisamente do Uruguai, em março de 1965, que o coronel do Exército Jéferson Cardin de Alencar Osório e o sargento da Brigada Militar Alberi Vieira dos Santos ingressaram no RS para organizar coluna de pouco mais de vinte homens. O grupo armado, após tomar a cidade sulina de Três Passos, em 25 de março, dirigiu-se ao oeste do Paraná, onde, no dia 27, foi disperso, após combate desigual com as forças da ditadura. No combate morreu sargento das forças repressivas. O objetivo da coluna do Movimento Nacionalista Revolucionário [MNR], ligado a Brizola, era sublevar militares opositoristas, no RS e, a seguir, no Brasil.¹²

Em Porto Alegre, desde começos de 1965, Manoel Raimundo, companheiros seus do CGS e outros resistentes locais participaram ativamente da organização de dois levantes de quartéis da Brigada e do Exército da capital. O primeiro contaria com “*entre quarenta e setenta pessoas prontas para fazer a insurreição*”, “*espalhadas por aparelhos em Porto Alegre*”, e mais outros suboficiais que chegariam do RJ. O plano teria desandado devido à prisão de Araken Galvão.¹³

Em fevereiro-março de 1966, após o fracasso da chamada “Guerrilha de Três Passos”, um segundo projeto de levante em Porto Alegre não prosperou, devido à denúncia do plano, com a prisão de oficiais, suboficiais, trabalhadores, estudantes, etc. O fracasso do segundo levante fortaleceu a proposta da organização da luta anti-ditatorial através de focos armados rurais, desejada pelos suboficiais do Exército e Marinha, à qual Brizola resistia.¹⁴

A Queda de Manoel Raimundo

Na tarde de 11 de março, Manoel Raimundo foi preso ao entregar *panfletos*, possivelmente por ele

⁸Id.ib. pp. 68 e 72

⁹Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964*. 7 ed. rev. e ampl. Brasília: EdiUnB; Rio de Janeiro, Revan, 2001.

¹⁰Zero Hora, Porto Alegre, 05.09.1966.

¹¹Cf. VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. 3 ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1981 p.18.

¹²Cf. CAPITANI, Avelino Biden. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Arte & Ofícios, 1977. pp. 99 *et seq.*

¹³Cf. COSTA, Ob. cit. pp. 118 *et seq.*

¹⁴Id.ib. p. 123.

escritos, com os dizeres “Abaixo a ditadura militar”, contra a chegada, naquele dia, a Porto Alegre, do general-ditador Castelo Branco, a Edu Rodrigues, um civil acagüete. Na distribuição dos manifestos estariam envolvidos funcionários da Carris, empresa pública com antiga tradição de luta sindical e política.¹⁵ Conhecido pelo serviço de informação do Exército como uma das principais lideranças do movimento dos sargentos e possivelmente por seu envolvimento nos movimentos de resistência em Porto Alegre e no RS, Manuel era uma presa valiosa para a repressão.

A documentação conhecida assinala que, quando da sua prisão, Manoel militava em pequeno grupo reunindo sobretudo remanescentes da “Guerrilha de Três Passos”, denominado Movimento Revolucionário 26 de Março [MR-26]. Praticamente toda a escassa informação disponível publicada sobre Manoel reafirma essa militância.

Jelsi Rodrigues, companheiro de Manoel Raimundo no RJ e em Porto Alegre, lembra que, naquele então, os suboficiais resistentes reconheciam-se sobretudo como membros do CGS. Quando muito, Manoel se compreendia como parte do MNR, organizado sobretudo pelos suboficiais do Exército e da Marinha, em associação com Brizola e seguidores. Jelsi Rodrigues sequer tem conhecimento do MR-26.¹⁶ Araken Galvão, com participação destacada na primeira tentativa de levante em Porto Alegre e um dos companheiros mais próximos de Manoel Raimundo, declarou: “Ao que eu saiba, Soares nunca militou no MR-26. Aliás, nem sei que movimento foi esse [...]”.¹⁷

Companheiros de Farda

Manoel Raimundo foi preso por dois militares a paisana, da 6ª Cia. da Polícia do Exército [PE], Carlos Otto Bock e Nilton Aguidas, sem qualquer determinação judiciária, ao arrepio das próprias leis então reconhecidas pela ditadura, devido à denúncia do informante Edu Rodrigues, como visto. A ordem de prisão teria partido de Darci Gomes Prange, capitão da referida companhia. Era o início do longo calvário do jovem paraense, nas mãos dos torcionários do Exército e da Polícia Política.

Manoel foi levado à sede da PE, onde, sem delongas, sofreu as primeiras sevícias infligidas pelo sargento Pedroso e pelos tenentes Nunes e Glênio Carvalho de Sousa. A seguir, foi transferido para o mais *experiente* Departamento de Ordem Política e Social [DOPS], no Palácio de Polícia, para ser duramente torturado e espancado, por longos dias, agora pelos delegados Enir Barcelos da Silva, Itamar Fernandes de Souza, José Morsch, entre outros.

O ódio acumulado por oficiais golpistas e direitistas contra o destacado líder do CGS e sua importância na resistência anti-ditatorial talvez expliquem a violência com que foi interrogado. Sem qualquer resultado. Ainda hoje, os companheiros de Manoel Raimundo lembram-se emocionados da decisão com que o jovem enfrentou o interrogatório, sem jamais dobrar-se, não revelando sequer um nome de companheiros e depósitos de armamentos, prontamente transferidos, após a sua queda.¹⁸

Depoimentos Incontornáveis

São precisas, abundantes e concordantes as declarações, sobretudo de outros presos políticos, sobre os maus-tratos sofridos pelo jovem paraense, na semana em que permaneceu no DOPS. Em depoimento publicado no Jornal Zero Hora, de 17 de setembro de 1966, Antônio Giudice, detido no DOPS, de 10 a 15 de março de 1966, relatou “*que conversou com Manoel Raimundo, vendo os hematomas e cicatrizes*” “*das torturas que vinha sofrendo*”, pois “*era diariamente, torturado, colocado várias vezes no pau-de-arara, sofrendo choques elétricos, espancado e queimado por pontas de cigarros*”.¹⁹

Aldo Alves Oliveira, funcionário da Cia. Carris, preso no DOPS desde 10 de março, testemunhou ter conhecido Manoel Raimundo, que “*mostrava vários sinais de sevícias*”. Na ocasião, viu, quando o ex-sargento “*estava sentado no corredor*” de “*acesso à cela*”, “*sem camisa*”, “*as marcas de queimaduras*” e sinais de violência. Tão forte fora o espancamento que ele “*não podia engolir alimentos sólidos, razão pela qual*” Aldo e outros presos forneciam-lhe “*alguma porção*” do “*leite que lhes era enviado por familiares*”.²⁰

Aldo Alves relatou igualmente que, durante o tempo que esteve preso,

“Percebia que, quase todas as noites, pela madrugada, o ex-sargento Manoel Raimundo Soares era torturado, o que podia ser comprovado pelos gritos da vítima e também pelo aspecto físico que apresentava quando era trazido de volta a sua cela e passava defronte a porta em que se encontrava o depoente [...]”.²¹

Também presa no DOPS em março de 1966, a advogada Élide Costa afirmou que, ao ouvir “*gritos, urros de dor e ruídos de coisas que caíam*”, um “*agente policial*” lhe explicara que “*se tratava de uma festa em [um] outro andar*”.²² Ao deparar-se com “*uns seis ou oito presos*”, todos da Carris, quando ia ao banheiro, ela contou-lhes o que passava, “*e o risco que todos [eles] corriam*”.²³

¹⁵ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 03 e 05.09.1966; COSTA, Ob.cit. p. 142.

¹⁶ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008.

¹⁷ Depoimento aos autores do ex-sargento Araken Vaz Galvão, através de e-mail, em 06 de maio de 2008.

¹⁸ Depoimento aos autores do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa colhido por telefone em 04 de maio de 2008; COSTA, Ob.cit. p. 14.

¹⁹ Dados retirados do site www.torturanuncamais-rj.org.br. Acesso em 24 abril de 2008.

²⁰ Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 41-42.

²¹ Loc.cit.

²² Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 43.

²³ Loc.cit.

Élida passou a noite temendo “*que o mesmo poderia lhe suceder*”. Temor acrescido quando, de madrugada, “*viu, com os próprios olhos, um rapaz que, pelo estado de seu corpo, que estava inclinado para frente, ia sendo carregado por dois homens*”. Na ocasião, “*ouviu dizer*” que o preso estava ferido, sangrava e se encontrava em “*coma*” e que “*fora recolhido a uma cela fechada à chave*”. Mais tarde, o ex-sargento “*foi levado*”, com dificuldades, “*pelos presos*”, até a advogada, que ouviu do mesmo chamar-se Soares.²⁴

Na Ilha do Presídio

Manoel Raimundo foi torturado em forma incessante, por mais de uma semana, pelos torcionários à procura de informação sobre seus companheiros de luta e de ideal, sendo recolhido apenas em 19 de março de 1966, nove dias após sua prisão, à ilha do Presídio, no rio Guaíba, destinada desde o golpe militar também ao encarceramento de presos políticos.

A ilha do Presídio, caracterizada pela forte umidade, era local onde os prisioneiros políticos encontravam-se *relativamente* protegidos das torturas policiais, devido à estreiteza das instalações, ao elevado número de detidos, às dificuldades dos inquisidores de se deslocarem até ela. Para serem interrogados, os prisioneiros eram habitualmente levados de volta a Porto Alegre.

Em 1966, o guarda civil Selço José Muller dos Santos permaneceu encarcerado na ilha por dez dias. Mais tarde, declarou que, na ocasião, auxiliou Manoel Raimundo a se mover “*até sua cela*”, pois se encontrava “*bastante ferido*”, com “*dificuldade para locomover-se*”.²⁵ À noite, Selço preparava “*salmoura para passar nas costas e pernas de Manoel*”, partes do corpo muito feridas devido aos espancamentos.²⁶ Selço teria aconselhado ao sargento que “*pusesse água com açúcar*” em “*uma espécie de hematoma*” que tinha no olho. Devido a ferimento propiciado pelo tenente Nunes durante a tortura, Manoel perdera parcialmente a visão de um olho.²⁷

Cartas do Cárcere

Elizabeth, esposa de Manoel Raimundo, vivera com ele por algum tempo em Porto Alegre, abandonando a seguir a capital rio-grandense, para retornar ao RJ.²⁸ Logo que pôde, Manoel Raimundo arranhou-se para retomar contato com ela através de correspondência. Em 15 de abril de 1966, em carta que chegou às mãos de sua esposa, relatava que fora preso para “*averiguações*”:

Finalmente acabei sendo preso. Caí em uma cilada de um “dedo-duro” chamado Edu e vim parar nessa ilha-presídio. Fui preso às 16.50 hs.

do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Fui levado para o quartel da P.E., onde fui “interrogado” durante duas horas e depois fui levado para o DOPS. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do “tratamento” policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em hotéis e pensões variadas.²⁹

Manoel Raimundo seguia:

Não sei como vou me arranjar no dia em que eu for solto pois o Leo [possivelmente o já citado sargento Leony Lopes] único amigo que eu tinha em Porto Alegre, perdi o contato com ele e eu não sei o endereço. Espero que você esteja bem e que se mantenha em calma. Isto passa. Nos dias seguintes ao que eu for solto, teremos uma nova lua de mel em uma cidade bonita qualquer.³⁰

No Inverno, sem Sapatos

Manoel Raimundo pedia à esposa que enviasse, se pudesse, “*algum dinheiro*” através de agência bancária, pois precisava de coisas como “*aparelho de barba, um sapato 38, escova de dentes, roupa de frio e coisas de comer*”.³¹ O fato de ser filho de família humilde, sem relações no Sul, dificultava a já difícil situação do prisioneiro, preocupado igualmente com a sorte de sua esposa.

Na mesma carta, Manoel Raimundo avançava sugestão para a esposa: “*Você NÃO precisa vir aqui. Isto não ajudará NADA e você não conseguirá ver-me. Não permitirão.*” Possivelmente temia envolvimento da esposa com a repressão. Pedia também para que ela mantivesse a “*calma*” e, sobretudo, instruía a esposa a procurar o “*o Dr. Sobral Pinto*”, no RJ, para providenciar “*pedido de habeas no Superior Tribunal Militar*”.³²

Em 5 de maio de 1966, Manoel escreveu a quinta carta à esposa, a segunda que ela recebia. Na correspondência, se refere as suas condições de aprisionamento e às torturas que recebera:

Em meu corpo ficaram gravadas algumas das medalhas com o que me agradeceram. Aqui estou sem sapatos, sem roupas de frio, sem cobertas, usando unicamente uma camisa de Nylon e uma calça de lã preta. [...] Não sei bem, mas creio que estou preso à disposição do III Exército. Por isto, só um ‘*habeas-corpus*’ do Superior Tribunal Militar poderá libertar-me.³³

²⁹ Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 23

³⁰ Loc.cit.

³¹ Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 15 de abril de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p.23.

³² Loc.cit.

³³ Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 2 de maio de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 24.

²⁴ Loc.cit.

²⁵ Relatório Tovo p. 22

²⁶ Loc.cit.

²⁷ Loc. cit.

²⁸ Cf. COSTA, Ob.cit. p. 142.

A carta era igualmente momento de tentar estreitar sentimentos pela esposa fortalecidos pelo sofrimento:

Como vês o papel está acabando, por isto aproveito para lembrar-te que meu pensamento é só para ti; durante todas as horas destes últimos dias não saís do meu pensamento. O banquinho da cozinha, os beijos nos olhos, tudo aquilo que liga meu corpo a tua alma (ou espírito que é mais certo). Recebe mil beijos e um caminhar de abraços do teu Manoel.³⁴

Manoel Raimundo permaneceu durante cinco meses na ilha do Presídio, incomunicável, privado de notícias da família e do mundo, passou fome e, certamente, muito frio, ao qual estaria pouco habituado. Nas suas primeiras cartas conhecidas, dos primeiros meses de cárcere, registra sua calma e esperanças. Intensificando-se o martírio e a solidão, tentou fortalecer-se centrando-se também no sentimento que nutria pela esposa.

O ex-sargento acreditava que seria posto em liberdade em pouco tempo. Na época, a instituição do *habeas corpus* ainda vigia. Não sabia que dois pedidos de libertação impetrados junto ao Superior Tribunal Militar (STM) haviam sido negados, já que, em falsas declarações, as autoridades militares e policiais afirmavam que não estava preso. Mais tarde, o Exército tentaria negar sua responsabilidade na prisão ilegal e assassinato de Manoel Raimundo afirmando que respondera ao STM que não tinha Manoel em *seu poder*, sem informar, logicamente, que ele fora entregue pela PE ao DOPS. Quando o terceiro *habeas corpus* estava para ser julgado, os torturadores já haviam dado fim a sua vida.

Últimas Cartas

As duas últimas cartas que Elisabeth recebeu do marido foram escritas em 10 de julho de 1966. Na primeira, afirmava:

Ainda estou vivo. Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas que remeti anteriormente. Esta é a oitava. Nunca pensei que o sentimento que me une a você chegasse aos limites de uma necessidade. Nestes últimos dias, tenho sido torturado pela idéia de que estou impedido de ver teu rosto ou de beijar teus lábios. Todas as torturas físicas a que fui submetido na PE e no DOPS não me abateram. No entanto, como verdadeiras punhaladas, tortura-me, machuca, amarga, este impedimento ilegal de receber uma carta, da mulher, que hoje, mais do que nunca, é a única razão de minha vida.³⁵

Manoel Raimundo contava:

[...] já tenho escova de dente, sabonete e até roupas e sapatos, fizeram chegar até aqui. Mas, nada disso pode aliviar a dor que me causa o fato de não poder receber cartas de minha Beta. Acredito que minha situação ainda não mudou muito. Até hoje (amanhã completam-se quatro meses), não fui ouvido em I.P.Ms. e desde que mandaram-me para esta ilha não mais saí.³⁶

Mais adiante, insistia com a esposa na necessidade do pedido de *habeas corpus* perante o STM para libertá-lo.

A segunda das duas cartas escritas por Manoel Raimundo, em 10 de julho, foi a quarta e última que a esposa recebeu. Ele iniciou com a mesma afirmação, que à leitora deveria causar alívio e esperança, mas que parece registrar a consciência do prisioneiro da ameaça sob a qual vivia: “*Ainda estou vivo*”. Em seguida, relatava: “*A saúde que havia chegado ao meu corpo, partiu, deixando a normalidade que você tão bem conhece. Fígado, intestinos e estômago.*”³⁷ *Espero de todo o coração que você tenha recebido as cartas anteriores. Esta é a de número nove.*³⁸

Manoel Raimundo seguiu falando de seu amor:

Nestes últimos dias tenho sido torturado pela realidade de estar impedido de ver o rosto da mulher que amo. Eu trocaria se possível fosse, a comida de oito dias, por oito minutos junto ao meu amor, ainda que fosse só para ver. Tenho uma fé inabalável de que, os adversários não conseguirão destruir nosso amor. Sei hoje, que você tinha razão, em muitas de nossas discussões sobre nosso tipo de vida.

Em seu dilacerante diálogo com a esposa distante, Manoel retomava temas passados:

Você ganhou. [...] Tudo passará. A política, a cadeia, os amigos; só uma coisa irá durar até a morte: o amor que tenho por essa mulherzinha que é hoje, a única razão de querer viver, deste presidiário. [...] Só agora avalio o que é estar junto da mulher amada. Com a tranquilidade da certeza de que apesar de tudo ainda mereço o teu amor remeto um caminhar de beijos, com o calor dos dias mais felizes de nossa vida. Do sempre teu Manoel.³⁹

Novo Interrogatório

Em 13 de agosto de 1966, Manoel Raimundo foi retirado da ilha do Presídio para ser levado outra vez ao DOPS, para novo interrogatório e tortura, agora sob as

³⁴Id. *ibid.* p. 24-25.

³⁵Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p.25.

³⁶Loc.cit.

³⁷Manoel Raimundo sofria desses males. COSTA, Ob.cit. p. 145.

³⁸Carta de Manoel Raimundo Soares escrita à esposa em 10 de julho de 1966. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p.26.

³⁹Id. *Ibid.* p. 26-27.

ordens dos tenentes coronéis Átila Rochester e Luiz Carlos Menna Barreto, chefe do DOPS. Não sabemos as razões precisas para o novo e violento inquisitório de Manoel, após longos meses na prisão. Em depoimentos concedidos recentemente, seus companheiros de luta relatam que ele teria escrito clandestinamente também para o STM sobre sua detenção e torturas em Porto Alegre e, com a concessão de *habeas corpus*, fora subtraído da prisão para revelar, sob tortura, os carcereiros que eventualmente teriam facilitado a correspondência clandestina.⁴⁰

Em agosto de 1966, prosseguiram febrilmente os preparativos do MNR para implantar colunas combatentes em Goiás-Maranhão, no MT, e em Caparaó, entre o ES e MG. Um quarto foco armado deveria nascer no norte do RS e sudoeste de SC. Nos fatos, tratava-se de ambiciosa articulação anti-ditatorial, envolvendo argentinos, paraguaios e bolivianos. Quando a pequena coluna do MNR instalou-se no alto da serra de Caparaó, em fins de 1966, Che Guevara e seus companheiros organizavam-se também na selva da Bolívia. Manoel Raimundo participava ativamente da preparação desses movimentos, após o fracasso do segundo levante em Porto Alegre. Teria escrito até mesmo um “decálogo do guerrilheiro” para as operações.⁴¹

Há alguma divergência sobre as razões do abandono da frente armada no Brasil meridional. Flávio Tavares propõe que a desistência deveu-se à prisão, “*no inverno de 1965*”, do “*seu subcomandante, o ex-sargento Manuel Raimundo Soares*”.⁴² Segundo a informação confirmada por Jelsi Rodrigues, envolvido diretamente na iniciativa, apesar da notícia da queda, continuaram os planos para o estabelecimento do núcleo armado na serra do Mar, em SC. A desconfiança de camponeses com a perambulação de estranhos na região e a prisão de dois militantes, sob suspeita de assalto a banco, teriam levado ao abandono da proposta.⁴³

Dos quatro *núcleos guerrilheiros* planejados pelo MNR prosperou apenas o de Caparaó, desbaratado em inícios de 1967, ensejando com esse tropeço o abandono de Brizola do projeto de resistência militar à ditadura, insurrecional ou guerrilheira. A seguir, o MNR dividiria-se, confluindo seus militantes em outras organizações armadas, como a VPR, a VAR-Palmares, etc.⁴⁴

Mãos Amarradas

Talvez a vontade de arrancar rapidamente informações de Manoel Raimundo sobre apoios na ilha do Presídio ou sobre os atos em cursos de seus companheiros tenha levado seus torturadores a transportá-lo, na mesma noite de 13 de agosto até ao rio

Jacuí, para ser submetido a falsos afogamentos. Possivelmente jamais saberemos se Manoel escapou inadvertidamente das mãos dos seus torcionários ou foi abandonado propositadamente às águas geladas para morrer. Era habitual militares e policiais torturarem alcoolizados e drogados prisioneiros políticos. Até agora, o que sabemos de certo é que, onze dias mais tarde, Manoel Raimundo foi encontrado, morto, boiando no rio, com os pés e as mãos atadas.

O corpo de Manoel foi descoberto, em 24 de agosto de 1966, boiando entre algumas taquaireiras, por dois moradores da ilha das Flores, próxima a Porto Alegre, que informaram rapidamente as autoridades policiais. O policial responsável pela operação de resgate do cadáver declararia que o mesmo tinha

As mãos amarradas às costas pela própria camisa que vestia, sendo que as ataduras cobertas por um suéter *banlon* que a vítima trajava; os bolsos laterais das calças completamente repuxados para fora [...]; calças de cor escura; um pé calçado com um sapato marrom e outro descalço.⁴⁵

Na madrugada do dia 25, peritos do Instituto de Criminalística analisaram o corpo, determinando que a morte se dera por afogamento e que a vítima estaria embriagada. Destaque-se que Manoel Raimundo era abstinente, entre outras razões, por problemas com o fígado. Entretanto, mesmo que ele se encontrasse embriagado, quando de sua morte, não significa que se houvesse embriagado. Anos após o homicídio, em processo movido pela viúva, os defensores da União alegaram o estado de embriaguez do ex-sargento. Defesa rejeitada pelo juiz, que, irônico, lembrou que “*seria realmente uma façanha de Manoel Raimundo Soares: amarrar as mãos às costas, e então embriagar-se. Ou então embriagar-se e amarrar suas mãos às costas*”.⁴⁶

Acidente de Trabalho

Após acompanhar as investigações sobre o homicídio, o promotor Paulo Cláudio Tovo propôs uma provável sequência para os fatos:

[...] A vítima teria sido passível de “banho” ou “caldo”, por parte dos agentes do DOPS [...], processo despótico que consiste em mergulhar o paciente nas águas do rio, quase até a asfixia, para dele extorquir a confissão [...]. Nesse “trabalho” [...] realizado dentro de uma lancha [...] com a vítima segura pelos pés e o restante do corpo mergulhado na água, seus torturadores teriam-na deixado escapar, por [...] “acidente de trabalho” não conseguindo mais encontrá-la [...].⁴⁷

⁴⁰Cf. COSTA, Ob.cit. p. 145.

⁴¹Id.ib. 141.

⁴²TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999. p. 195.

⁴³Cf. COSTA, Ob.cit. p. 127; Depoimento do ex-subtenente Jelsi Rodrigues Correa, colhido por telefone em 04.05.2008.

⁴⁴Cf. CAPITANI, Ob.cit. p. 101-2.

⁴⁵Relatório Tovo. p. 3.

⁴⁶Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 72.

⁴⁷Relatório Tovo. p. 34.

Não é de se afastar igualmente a hipótese de uma execução do prisioneiro, devido a sua negativa em fornecer as informações exigidas, para aterrorizar seus companheiros, ou por qualquer outra razão desconhecida. É também possível que Manoel tenha morrido afogado *inadvertidamente* durante a tortura, sendo após lançado ao rio. O fato que os responsáveis pelos atos não tenham jamais sido levados a julgamento impede a possível elucidação da sequência precisa do assassinato.

Não há sequer informação precisa sobre o dia da morte de Manoel Raimundo, ocorrida entre 13 e 20 de agosto. Em data de 19 daquele mês, telegrama do STM, encaminhado primeiramente ao diretor da ilha do Presídio e, no dia seguinte, ao DOPS, pedia informações urgentes sobre Manoel para fins de *habeas corpus*. Enquanto o DOPS permanecia em silêncio, em 20 de agosto, o delegado e diretor da Divisão de Segurança Política e Social, José Morsch, entrou no necrotério do Instituto Médico Legal, à procura de cadáver de identidade ignorada.⁴⁸

Foi em vão a tentativa de Morsch de localizar o corpo de Manoel Raimundo pois, como referido, só seria encontrado no dia 24. Entretanto, o ato registrou o conhecimento anterior ao achado, pelas autoridades, da morte do prisioneiro político. Mesmo após o corpo ser encontrado e identificado como sendo de Manoel, os agentes do DOPS seguiram teimando que nada sabiam sobre os acontecimentos.

Na época, havia ainda liberdade de informação relativa. Nas páginas de Zero Hora, de 2 de setembro de 1966, o jornalista e humorista Carlos Nobre comentava irônico e indignado:

O troféu bolha da semana é para o DOPS porque, segundo o delegado Delmar Kuhn, os agentes levaram o sargento Manoel Raimundo Soares para a Ilha do Presídio, dias depois ele aparece morto, boiando no rio Jacuí com as mãos atadas e o DOPS diz ignorar qualquer violência na vítima [...].⁴⁹

Os assassinos de Manoel Raimundo tentaram mascarar os fatos, com a ajuda de alguns jornalistas de grandes meios de comunicação. Foi longamente divulgado que a morte do Sargento faria parte de “*trama subversiva diabólica*” “*para fins de propaganda anti-revolucionária*”, ou seja, contra o governo ditatorial. A versão oficial dizia que ele fora posto em liberdade em 13 de agosto, apoiada em documento de soltura pretensamente assinado pelo sargento. No livro de registros de presos da Ilha, constava que Manoel fora retirado de lá naquele dia. No livro de ocorrências do DOPS, podia-se ler: “*As 13:30 horas foi liberado por este DOPS, o detido MANOEL RAIMUNDO SOARES.*”⁵⁰

Acidente ou Execução?

Na época, a proposta de libertação, em 13 de agosto, de Manoel Raimundo, foi defendida para negar a responsabilidade do Exército e da Polícia. O que sugere que a assinatura tenha sido forjada pelas autoridades, preventivamente, após o “*acidente de trabalho*” no rio Jacuí, talvez sob a injeção dos pedidos prementes de informação determinados pelos *habeas corpus* impetrados em favor do prisioneiro.

Entretanto, a assinatura foi autenticada pela perícia. Caso ela realmente pertencesse ao prisioneiro, se fortalece a hipótese de execução através de afogamento, realizada talvez após o ministro forçado de bebida alcoólica. Araken Galvão, ex-sargento e seu companheiro de luta, subscreve a tese do assassinato. “*Aplicaram-lhe injeções de álcool nas veias para embriagá-lo – ele que nunca colocara na boca uma taça de vinho sequer – quando viram que ele não delataria ninguém [...] jogaram, depois de uma terrível sessão de torturas, ainda vivo no Rio Guaíba [...]*”⁵¹ Nesse caso, o único acidente teria sido o lançamento de Manoel com os pés e as mãos amarradas, o que tirava credibilidade à tese de suicídio ou acidente devido à embriaguez. O registro da libertação teria sido medida preparatória à execução.

Manoel Raimundo não foi positivamente libertado às 13:30 horas. Em depoimento de 3 de novembro de 1966, o guarda civil Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho afirmou que viu o ex-sargento em uma das celas do DOPS, na noite de 13 de agosto, quando prestava serviço naquele local.⁵² Esta informação foi também confirmada pelo então estudante Luis Renato Pires de Almeida, detido à mesma época naquela prisão.⁵³

Um Último Encontro

Araken Galvão relata sobre a viagem de Elizabeth a Porto Alegre, onde chegou em 30 de agosto de 1966: “*Quando a notícia de sua morte chegou ao Rio eu recebia [...] a missão de acompanhar Betinha até Porto Alegre e, durante a viagem, já ir preparando o seu espírito para amortecer o impacto da tragédia.*”⁵⁴ No necrotério, Elizabeth fez o reconhecimento do cadáver. De pequena estatura, acabrunhada pela morte, a jovem mostrou grande decisão e coragem na defesa da memória de seu esposo e na exigência do castigo dos culpados.

Em 2 de setembro, o enterro de Manoel Raimundo foi acompanhado por pequena multidão. Por onde passava o cortejo triste, as lojas fechavam-se em sinal de homenagem ao combatente caído. Trabalhadores da Carris tomaram o caixão pela alça e carregaram-no até

⁴⁸Cf. Relatório Tovo, p. 32.

⁴⁹VILLALOBOS, Marco Antônio. *A guerrilha do riso*: Carlos Nobre x ditadura militar brasileira. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p. 60.

⁵⁰Relatório Tovo, p. 25.

⁵¹“Retrato de um sargento”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

⁵²Cf. Relatório Tovo, p. 27.

⁵³Dados retirados do site www.torturanuncamais-rj.org.br. Acesso em 24 abr. 2008.

⁵⁴“Retrato de um sargento”. Capítulo de livro inédito “O Sargento na História do Brasil”, de Araken Vaz Galvão, gentilmente cedido pelo autor.

a Pira da Pátria, no Parque Farroupilha. Já no cemitério, um estudante gritou para policial que vigiava à paisana o ato fúnebre: “Assassinos!” O cadáver foi depositado, finalmente, no Cemitério São Miguel e Almas.⁵⁵

A jovem Elizabeth não teve forças para acompanhar a longa marcha fúnebre, pois a “*três dias não comia e quase não dormia*”.⁵⁶ Uma semana depois, também não compareceu à missa de sétimo dia de falecimento. Em ato de vilania inusitada, após vitimarem o jovem suboficial, os esbirros da ditadura voltavam-se agora contra sua esposa, golpeada pela perda irreparável. Elizabeth fora convocada para depor na Secretaria de Segurança naquela data, sendo interrogada por cinco horas.⁵⁷

Total Impunidade

A Procuradoria Geral do Estado designou o promotor Paulo Cláudio Tovo para acompanhar as investigações sobre o crime. Mesmo pressionado pelo Secretário de Segurança, ele concluiu relatório em inícios de 1967, produzindo provas fundamentais. A Assembléia Legislativa do RS instaurou também CPI para averiguar as circunstâncias da morte e a forma como eram tratados os presos políticos, que resultou em valioso relatório publicado no Diário da Assembléia, em junho de 1967.

Divulgado por dias amplamente pelos meios de comunicação, o homicídio de Manoel Raimundo chocou profundamente a sociedade sulina e brasileira da época. A ilegalidade do ato, as torturas praticadas, a violência com que fora tratado anunciavam porém as práticas e as armas que o governo militar empregaria nos anos seguintes contra seus opositores, agora sob a proteção do amordacamento absoluto da imprensa.

Até hoje, não houve elucidação precisa da execução de Manoel Raimundo. Os responsáveis denunciados jamais foram punidos, seguindo suas carreiras encobertos e protegidos pelas autoridades civis e militares superiores, sob as ordens das quais cometeram aquelas e tantas outras violências. Sequer após a redemocratização do país, em 1985, seriam levados à Justiça.

Em agosto de 1973, a viúva Elizabeth ajuizou ação indenizatória pelo assassinato de seu esposo contra a União, o estado do RS e alguns militares do Exército Brasileiro. Transferido da Justiça estadual para a federal, o processo tramitou por mais de trinta anos! Quando, em dezembro de 2000, a autora conseguiu sentença favorável, a União recorreu da decisão. Somente em setembro de 2005, a ação foi julgada procedente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A Elizabeth foi garantido pela Justiça o direito à pensão mensal vitalícia (retroativa a 13 de agosto de

1966, relativa à remuneração integral de segundo-sargento) e ressarcimento por gastos à época com viagem, hospedagem, alimentação, funeral e luto de família. Foi-lhe determinado pagamento de indenização por dano moral. Porém, o processo criminal ajuizado foi arquivado por caducidade, garantindo a impunidade dos torcionários e executores de Manoel Raimundo.

Na obra *Segurança Nacional*, ao enumerar medidas necessárias para reduzir o poderio e privilégio dos militares na Nova República, Roberto Martins alerta para que “sejam desvendados os crimes contra os direitos humanos. Se a impunidade for mantida, muito fácil será no futuro repetir os mesmos crimes. Sem justiça, será falsa qualquer democracia implantada”.⁵⁸

ANEXO: O que sei sobre o caso das Mãos Amarradas.

por Jorge Loeffler - 18/10/2009

Em 1965, com vinte e um anos, decidi submeter-me a um concurso público, ingressando na então Escola de Polícia. Enfrentei o curso de formação de Inspetores e Escrivães. Aquela foi uma das melhores, senão a melhor turma da Escola. Lembro de alguns colegas de curso como do Joaci Casagrande Paulo, hoje psiquiatra, do Jorge Anselmo Barrios, Procurador da República aposentado, do Julio Cezar Coitinho, Juiz de Direito aposentado, do Luiz Carlos Celi Garcia, hoje cirurgião plástico bem sucedido em Caxias do Sul, do Arnaldo Buede Sleimon, desembargador em nosso TJ ainda em atividade, do Edemar Mainardi, engenheiro ferroviário aposentado.

Belíssima turma. Havia muitos outros que foram muito bem sucedidos e cujos nomes no momento não recordo, pois nossa turma era composta de cerca de 150 alunos. Terminado o curso, em meados de 1966, fui lotado na Delegacia de Polícia de Bom Jesus. Meu único irmão consanguíneo, o Henrique que trabalhava na REFAP, refinaria da Petrobrás em Canoas, foi removido para a refinaria de Araucária no Paraná que estava por inaugurar. Nossos pais já com 60 anos, o que na época era considerado velhice, ficaram sozinhos. Tínhamos um vizinho, Escrivão de Polícia e redator no Correio do Povo. Seu nome Luiz Carlos Costa, já falecido e que se aposentou como Delegado de Polícia.

O Costa, um excelente vizinho, e por sua condição de jornalista conseguiu junto a então Chefia de Polícia meu retorno à Capital, mas a lotação conseguida seria no DOPS. Não me restou alternativa. Ali me apresentei dia primeiro de agosto de 1966 e permaneci até o final daquele ano. Fui lotado no plantão. Havia lá uma escala de sobreaviso, ou seja, durante a folga ficávamos sempre a disposição para eventual substituição de algum colega. Pois no dia 13 daquele mês, no final da tarde, fui buscado em casa tendo em vista que o Escrivão de Polícia Laurentino Scomazzon adoecera. Mal havia chegado lá chegou o Delegado Enir Barcelos da Silva, irmão de um oficial do Exército e que se comportava com se fosse militar. Mandão como ele só.

⁵⁸MARTINS, Roberto. *Segurança Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 77-78.

⁵⁵Dados retirados do site www.torturanuncamais-rj.org.br. Acesso em 24 abril de 2008; Zero Hora, Porto Alegre, 1 de setembro de 1966.

⁵⁶Discurso do deputado Jacques D’Ornellas em 28 de maio de 1984. In: Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 59.

⁵⁷Acórdão publicado no D.J.U. em 05/10/2005. p. 59.

Chegara ele trazendo um jovem casal. Eram namorados. Reconheci a ele como sendo vizinho no meu bairro, era o Edgar Pernau, filho do senhor Henrique Pernau, gerente de Lojas Renner. O crime do Edgar e sua acompanhante fora ter participado de um leve acidente com danos materiais com a viatura discreta usada pelo Delegado Enir. Tão somente por isto foram conduzidos ao plantão do DOPS. Meu Deus o que ocorrera neste país para chegarmos a tamanha barbaridade?

Enquanto os dois ali estavam, um colega lotado há mais tempo naquele Departamento trouxe da cela um sujeito de altura média, com feições típicas de nordestino. Ele trajava uma calça de nycron preta, sapatos sociais pretos, camisa volta ao mundo, branca, com as mangas arregaçadas. Sob um dos braços tinha uma caixa de sapatos com objetos de higiene e outros pessoais.

Ele me pareceu nervoso. Em poucos momentos foi liberado e recebi de um veterano a ordem de não me aproximar da janela. Descumpri tal determinação e vi que o preso cuja identidade ainda não conhecia, depois de sair da porta lateral do prédio (Avenida Ipiranga), rumou até a Rua da Azenha [av. João Pessoa] e então tomou o rumo do centro, mas ainda sobre a ponte da Azenha [João Pessoa] foi apanhado por dois homens que trajavam gabardines e colocado num automóvel Renault Gordini.

Depois fiquei sabendo que sua soltura fora registrada em livro próprio como tendo ocorrido ao meio dia. Não mais o vi. Na noite do dia 23, ou seja, dez dias depois surgiu a notícia de que haviam encontrado corpo de um preso político boiando no Guaíba. No dia seguinte, ou seja, 24 de agosto fomos, eu e o Régis ao antigo necrotério (fundos da Santa Casa). Lá chegando reconheci o cadáver como sendo daquele preso liberado ao anoitecer do dia 13.

O colega que me acompanhou era o Dionísio Régis Torres Medeiros, Guarda Civil e cedido ao DOPS. Alguns dias depois nos encontramos na escada do prédio e ele feliz da vida me disse que iria para Rio Grande, se livrando daquilo ali. Ele fora campeão de pugilismo quando no Exército. Lembro ter dito a ele que tomasse cuidado, pois Rio Grande era um porto marítimo e, portanto sempre perigoso. Ali nos despedimos e ele disse-me que sabia se cuidar.

Alguns dias depois fiquei sabendo que no mesmo dia em que chegara a Rio Grande ele se envolveu numa briga no porto e o dono do bar o matou com um tiro na cabeça. Esta foi a versão do fato que chegou ao meu conhecimento, porém se verdadeira ou não, confesso que não sei. Naquele período negro e lamentável de nossa história recente morrer ou desaparecer não era algo tão difícil assim.

Uma coincidência me despertou a atenção. É que na manhã do dia 24 de agosto, algumas horas depois da “descoberta” do corpo no Guaíba, desembarcava de um ônibus na Rodoviária, a senhora Elizabete Chaluppe Soares, esposa da vítima, vinda do Rio de Janeiro. Lembro quão difícil foi esta situação. Anos mais tarde um advogado desqualificado de nome Aldrovando de Oliveira Micelli decidiu escrever um livro no qual afirmava terem sido matadores do sargento os Comissários João Ribeiro e Jorge Pinto Loeffler.

Num determinado dia cheguei a Área Judiciária para trabalhar e um dos Escrivães que compunham nossa equipe me mostrou o Correio do Povo com a matéria sobre o tal livro. Aquelas 24 horas custaram muito a passar. No dia seguinte rumei cedo para Cidreira onde minha esposa e filhos, todos pequenos, me aguardavam. A Cíntia era a mais velha deles e tinha seis anos. Hoje ela tem 36 anos, logo isto ocorreu faz trinta anos.

Até mesmo foram à porta da casa do meu irmão em Curitiba perguntar para minha cunhada se o assassino era parente deles.

Hoje tenho 65 anos e ainda não me considero velho o bastante, mas longe estou de ser jovem. Muito tenho refletido e sempre me lembro do Scmazzone que nem mesmo lá estava quando da saída da vítima e sempre constou como sendo um dos envolvidos nesta morte covarde. Até mesmo circularam as versões de que teria sido um “caldo”. Conversa fiada, ele foi mesmo afogado, pois para o tal caldo não é necessário um rio inteiro. Versão infantil mesmo. Circulou naquela época o rumor de que ele havia sido morto para vingar uma surra aplicada por companheiros dele num major do Exército ligado a repressão.

Ao lado da Delegacia de Polícia do Oitavo Distrito residia um sargento do Exército que chegou a major durante a repressão política, era o senhor Darci Paiva Soares. Seu filho, o Carlinhos acabou “trabalhando” no DOI-CODI por influência do pai e sempre contava suas façanhas, isto já anos depois, quando eu trabalhei no plantão daquele distrito.

Não sei onde anda o Scmazzone que fora meu vizinho na Chácara das Pedras. Lembro que tinha duas filhas. Sua esposa era professora e amiga da minha. Não sei se ele ainda vive. Espero que sim e que tome conhecimento deste meu desabafo que lhe faz justiça, pois além do sargento ele é outra vítima.

Sei que este texto poderá me causar algumas incompreensões, mas nesta quadra da vida, isto a mim pouco importa. Me importa sim que matar alguém por determinação e num regime ditatorial é algo inconcebível a alguém como eu que tive uma família que muito bem soube me educar.

Lembro do que o meu pai me contava sobre como enfrentou uma rejeição estúpida depois da guerra, tendo sido naturalizado ainda em 1927, pois foi considerado quinta coluna vez que mandava daqui, via Cruz Vermelha, para suas irmãs e sua cunhada café, açúcar e roupas. Meu tio que morreu faz alguns anos em Munique, era então prisioneiro dos ingleses em Bari, no sul da Itália, onde permaneceu até fins de 1947. Num salto foi atingido ainda no ar por fogo inglês e sofreu fratura numa das pernas. Tio Edmund acabou se familiarizando com aquela cidade e depois da guerra passou a veranejar lá.

PS. A noite deste domingo, depois de ter encerrado este texto soube do telefone do Scmazzone e conversei com ele. Está com mais de setenta anos e bem de saúde.